ADUFU SEÇÃO SINDICAL | 40 ANOS |

Gestão Resistir e Lutar

Primeira Edição de 2019

nº 02

03	*Leonardo Boff: está confuso, mas eu sonho*
04–05	*Avanço mundial da extrema direita*
08–09	*40 anos de ADUFU: entrevista com professor Arquimedes Ciloni*
14	*Ataques à categoria docente*

LINHA DE FRENTE

JORNAL DA ADUFU

EDITORIAL **O fim dos direitos e o começo da barbárie**

No ano de 2019 a ADUFU-SS comemora 40 anos de luta e de resistência em defesa da categoria e por uma universidade pública de qualidade e socialmente referenciada. No entanto, as medidas apresentadas pelo recém empossado governo nos coloca mais firmes e atentos às lutas sociais, nos dois primeiros meses, o Presidente Jair Bolsonaro se demonstrou despreparado e incapaz de entender a complexidade que o país exige: sinalizou com aquilo que há de pior em suas nomeações políticas, optou pela ampliação da posse de armas. As denúncias de corrupção envolvendo sua família e o PSL, partido que o elegeu, mostram aquilo que já sabíamos. No campo da política externa se aproxima do criminoso governo Trump, vem flertando com políticas que afrontam o histórico direito do povo palestino e, mais recentemente, anuncia um possível patrocínio de um golpe para derrubar o governo de Nicolás Maduro, na Venezuela.

No quesito corrupção, a família Bolsonaro se mostrou íntima de supostas práticas de lavagem de dinheiro, emprego de funcionários fantasmas e o envolvimento de assessores com as milícias cariocas. Os filhos têm atuado paralelamente ao governo, patrocinando nomeações e emitindo declarações controversas.

Nesse cenário de incertezas, duas situações concretas merecem destaque, ambas atingem diretamente às universidades públicas e o serviço público. A primeira foram as nomeações para o Ministério da Educação: antes, do colombiano Ricardo Veléz Rodrigues e, agora, de Abraham Weintraub; e, a segunda, a recém apresentada reforma da previdência, a qual o governo insiste em chamar de "Nova Previdência", mas que carrega em si a histórica herança do atraso que submete os pobres do país à miséria e ao flagelo humano.

A nomeação do ministro da educação, confirmou o compromisso do governo com a pauta de costumes, o nome foi recebido de forma muita negativa pelas universidades e por setores da educação básica, revelando o claro despreparo e compromisso com a gestão. O ministro Veléz, foi indicado por Olavo de Carvalho, pretenso filósofo das redes sociais, e assume com o compromisso de combater as ideologias do pretenso "marxismo cultural", que se propaga nas universidades e na educação brasileira. Indicações do ministro se revelaram ainda piores, de pessoas despreparadas e inexperientes, que assumiram as secretarias que compõem o MEC, deixando muitos especialistas temerosos com os rumos das políticas educacionais. Apresentam uma pauta moralista que ataca fortemente as questões ligadas aos direitos humanos, de gênero, étnicas e de movimentos sociais.

O Ministro não apresentou nada de concreto para sanar os sérios problemas que afetam as universidades: a falta de financiamento para pesquisas, hospitais universitários sucateados, campi com obras paradas e programas de ajuda estudantil com sérias deficiências. Até o momento o ministro ocupou de um palavrório moralista que quer eliminar do Enem e dos livros didáticos conteúdos sobre gênero.

No princípio de abril, Vélez, que protagonizou várias polêmicas, caiu e Abraham Weintraub assumiu. Vindo direto da Casa Civil do governo Bolsonaro, o novo ministro atua contra o que nomeia de "marxismo cultural" e defende que o Brasil não precisa aumentar seus gastos com educação: "A gente gasta como os ricos e tem resultado dos pobres", em suas palavras.

A reforma da Previdência, apresentada em 21 de fevereiro, mostrou a face mais dura desse governo. A proposta empurra para os trabalhadores e trabalhadoras mais pobres as dívidas milionárias que grandes devedores acumulam com o INSS. A mudança mais substancial que a reforma apresenta é adoção da idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, situação difícil de se sustentar em um país com características regionais de trabalho e de expectativa de vida tão diversa. Talvez o aspecto mais pesado que se apresentou até o momento foi o corte brutal sobre o Benefício de Prestação Continuada – BPC, o qual só poderá ser acessado integralmente, em um salário mínimo, pelo/a trabalhador/a aos 70 anos, idade que extrapola a expectativa de vida das regiões norte e nordeste.

Não bastasse as duras medidas impostas aos mais pobres, o governo ainda quer abrir espaço para a famigerada capitalização da aposentadoria, sistema perverso adotado pela ditadura chilena, que coloca na mão do trabalhador a responsabilidade para formar sua própria poupança. O sistema já se mostrou falido no Chile e em outros países da América Latina, pois submete o aposentado e aposentada a ganhos inferiores ao salário mínimo, levando muitos à miséria e a depressão e, em casos mais extremos, ao suicídio.

No discurso do governo Bolsonaro, o funcionário público é o vilão da previdência, o governo generaliza e acusa servidores de privilegiados, detentores de aposentadorias integrais e benefícios incondizentes com os ganhos, mas se omite em dizer que, desde 2003, a reforma da previdência pública limitou os ganhos do servidor aposentado ao teto do INSS, e instituiu a aposentadoria por idade, 60 anos para homens e 55 para mulheres, e continua cobrando a contribuição previdenciária do servidor aposentado. Ainda cabe lembrar que "nova reforma da previdência" pretende colocar sobre as costas do servidor público mais anos de trabalho e descontos na folha de pagamento para cobrir o rombo das contas públicas.

O governo apresenta uma farsa que joga sobre as costas do povo os delitos com a previdência, não coloca na conta os militares e o custeio das aposentadorias de filhas, não coloca na conta as isenções fiscais que os governos concedem às empresas, não coloca na conta as dívidas que as grandes empresas têm com o INSS. O que o governo precisa de fato é fazer um grande ajuste fiscal e taxar bancos e o grande capital que têm espoliado a nação.

Diretoria da gestão "Resistir e Lutar"

Expediente

Presidente: Benerval P. Santos
Secretária Geral: Cláudia Costa
1ª Secretária: Gizelda Costa da Silva
1ª Tesoureira: Olenir Maria Mendes
2º Tesoureiro: Tiago Soares Alves
Secretária de Formação Sindical: Ínia F. de Novaes

Secretária Cultural: Mariza Barbosa
Suplente: Luiz Carlos Avelino
Suplente: Mara Regina do Nascimento
Assessor Político: Cleber Couto
Auxiliar Administrativo: Djalma Dias da Costa

Serviços Gerais: Lene Dione da Silva
Secretária: Marluce Severino de Paula
Auxiliar Contábil: Luciana Márcia Rezende Pereira
Jurídico: Muniz, Ávila e Martins – Sociedade de Advogados
Jornalistas: Isley Borges e Letícia França
Direção de Arte: Carlos Gabriel Ferreira

Está confuso, mas eu sonho

Teólogo e escritor pede ao povo que se organize para lutar, sobreviver e vencer o fascismo

Leonardo Boff
Teólogo e escritor

"Faz escuro mas eu canto porque a manhã vai chegar", proclamou o poeta Thiago de Mello na época sombria da ditadura civil-militar de 1964.

"Está confuso mas eu sonho" digo eu, nestes tempos não menos sombrios. O sonho ninguém pode prender. Ele antecipa o futuro e anuncia o amanhã.

Ninguém pode dizer o que vai ser deste país após o golpe parlamentar-jurídico-mediático de 2016. Faz escuro e tudo está confuso, mas eu sonho. Este sonho está rodando em minha cabeça há muitos dias e resolvi expressá-lo para alimentar a nossa inarredável esperança.

Sonho ver um Brasil construído de baixo para cima e de dentro para fora, forjando uma democracia popular, participativa e sócio-ecológica reconhecendo, como novos cidadãos com direitos, a natureza e a Mãe Terra.

Sonho ver o povo organizado em redes de movimentos, povo cidadão, com competência social para gerar as suas próprias oportunidades e moldar o seu próprio destino, livre da dependência dos poderosos e resgatando a própria auto-estima.

Sonho ver a utopia mínima plenamente realizada de comer pelo menos três vezes ao dia, de morar com decência, de ter frequentado a escola por oito anos, de cursar a universidade e a pós-graduação, de receber por seu trabalho um salário que satisfaça as necessidades essenciais de toda a família, de ter acesso à saúde básica e, depois de ter labutado por toda uma vida, ganhar uma aposentadoria digna para enfrentar, serenamente, os achaques da velhice.

Sonho ver celebrado o casamento entre o saber popular, de experiências feito, com o saber acadêmico, de estudos feito, ambos construindo um país para todos, sem excessos e também sem carências.

Sonho ver o povo celebrando suas festas com muita comida e alegria, dançando o seu São João, o seu Bumba-meu-Boi, seu samba, seu frevo, seu funk e seu esplêndido carnaval, expressão de uma sociedade sofrida mas que se encontrou na fraternura e na alegre celebração da vida.

Sonho ver aqueles que foram condenados a sempre perder, sentirem-se vitoriosos porque o sofrimento não foi em vão e os amadureceu para, com outros, construírem um Brasil diferente, uno e diverso, hospitaleiro e alegre.

Sonho contar com políticos que se abaixam para estar à altura dos olhos do outro, despojados de arrogância, conscientes de representar as demandas populares, fazendo da política cuidado diligente da coisa pública.

Sonho andar por aí à noite sem medo de ser assaltado ou vítima de balas perdidas podendo desfrutar da liberdade de poder falar e criticar nas redes sociais sem logo ser ofendido e difamado.

Sonho contemplar nossas florestas verdes, nossos imensos rios regenerados, nossas soberbas paisagens e a biodiversidade preservada, renovando o pacto natural com a Mãe Terra que tudo nos dá, reconhecendo seus direitos e por isso tratá-la com veneração e cuidado.

Sonho ver o povo místico e religioso, venerando a Deus como gosta, sentindo-se acompanhado por espíritos bons, por forças portadoras da energia cósmica do axé, dando um caráter mágico à realidade com a convicção de que, no fim, por causa de Deus-Pai/Mãe de infinita bondade e misericórdia, tudo vai dar certo.

Sonho que este sonho não seja apenas um sonho, mas uma realidade ridente e factível, fruto maduro de tantos séculos de resistência, de luta, de lágrimas, de suor e de sangue.

Só então, só então, poderemos rir e cantar, cantar e dançar, dançar e celebrar um Brasil novo, o maior país latino do mundo, uma das províncias mais ricas e belas da Terra que a evolução ou Deus nos entregaram.

Assim o quer o brasileiro e nos ajude Deus.

***Texto publicado originalmente pelo professor e jornalista, Vinícius Souza, no site jornalistaslivres.org.**

notas sobre a

ascensão da extrema direita ao redor do mundo

Patrícia Vieira Trópia
Instituto de Ciências Sociais da UFU
Universidade Federal de Uberlândia

A análise crítica do contexto político europeu, norte americano e brasileiro recente nos permite afirmar que o espectro do fascismo ronda os continentes.

Na Europa, em pleno contexto de crise migratória, desigualdade econômica, crescimento da desilusão com a União Europeia e do senso de perda da identidade nacional, a extrema direita chegou ao poder por meio de partidos ideologicamente identificados, direta ou indiretamente, como fascistas (Autora Dourada (Grécia) Jabbik (Hungria), Setor Direito (Ucrânia), Partido Nacional Democrata (Alemanha). Há também partidos semifascistas, fundamentalmente islamofóbicos, como a Front National (França), o FPO (Áustria) e o Vlaams Belang (Bélgica). Há finalmente partidos de extrema-direita, marcadamente racistas, xenófobos, anti-imigração e islamofóbicos: Lega Nord (Itália), União Democrática do Centro (Suíça), UKI (Reino Unido), o Partido da Liberdade (Holanda), Partido Progressista (Noruega) e o Partido do Povo Dinamarquês.

Nos Estados Unidos, o movimento "Unity and Security for America" defende a união da Ku Klux Klan, de supremacistas brancos, organizados em torno do Alt Right, e de nacionalistas, neonazistas e neoconfederados (retorno ao velho Sul antes da Guerra civil americana). A vitória de Donald Trump nas últimas eleições americanas é a melhor expressão do peso da extrema direita em sua fase ascendente.

No Brasil, um movimento politicamente conservador levou ao poder o Partido Social Liberal (PSL), cujo programa combina nacionalismo exacerbado, intervencionismo militar,

> ***"Toda e qualquer reivindicação da mais elementar reforma financeira burguesa, do mais trivial liberalismo, do mais formal republicanismo, da mais banal democracia é simultaneamente punida como 'atentado contra a sociedade' e estigmatizada como 'socialismo'***
>
> **(KARL MARX, O 18 DE BRUMÁRIO DE LUIS BONAPARTE).**

apologia da tortura, segregação de minorias, rejeição de direitos humanos e princípios civilizatórios e discurso anticomunista.

Movimentos de extrema direita, historicamente, emergem em momentos de desemprego, queda da renda, precarização do trabalho e extrema pobreza, piora das condições de vida da maioria da população. Não é, pois, mera coincidência que o fortalecimento de movimentos neofacistas e de extrema direita mundo afora tenham ocorrido, no período recente, a partir da crise econômica de 2008.

Qual a base material deste processo político ideológico de crescimento da extrema direita mundo afora?

A base material deste processo são as novas formas de estruturação e funcionamento do capitalismo contemporâneo, constituídas após a crise do fordismo e da socialdemocracia nos anos 1970. Paralelamente, identifica-se uma nova onda de internacionalização do capital implementada a partir da extinção do Acordo de Bretton Woods. Acompanha este processo a nova reestruturação produtiva global (tecnológica e organizacional) e a financeirização do grande capital – que adentrou todas as esferas da vida social. Institui-se uma nova hegemonia, apoiada na concorrência de todos contra todos, estimulada pela ideologia do "empreendedorismo" e pela "ditadura do sucesso" e que tem sua tradução religiosa na teologia da prosperidade.

Teórica e politicamente a extrema direita tem variantes, mas há uma defi-

nição comum. Trata-se de uma concepção política extremada do conservadorismo, que pode ser melhor classificada como reacionária.

O pensamento conservador, em suas origens, opõe-se à modernidade e ao pensamento social crítico. Historicamente opõe-se à secularização e laicização do pensamento político social europeu, tendo como base a defesa da tradição e da religião.

O extremismo de direita é antidemocrático e anti-iluminista, especialmente um anti-iluminismo fideísta. O fideísmo é uma doutrina religiosa que prega que as verdades metafísicas, morais e religiosas - como a existência de deus, a justiça divina após a morte e a imortalidade - são inalcançáveis através da razão, e só serão compreendidas por intermédio da fé.

Embora se constitua como uma noção prática, para identificação das orientações e posições dos agentes, grupos ou partidos no espectro político ideológico, a extrema direita tem como ideia força a tradição, entendida como fidelidade à nação e oposta a todas as formas de ruptura com privilégios de classe, raça, casta.

As orientações políticas que defendem o apego à tradição se opõem a qualquer forma de emancipação, inovação e mudança no status quo. O efeito político mais notável do apego à tradição é a crítica a toda forma de igualitarismo. A extrema direita defende hierarquias e a manutenção das desigualdades naturais. Se as desigualdades são naturais elas não podem ser eliminadas pela prática social e política.

Não por outra razão, para compreendermos a extrema direita, devemos considerar os parciais avanços nos direitos humanos e a ampliação de valores humanitários.

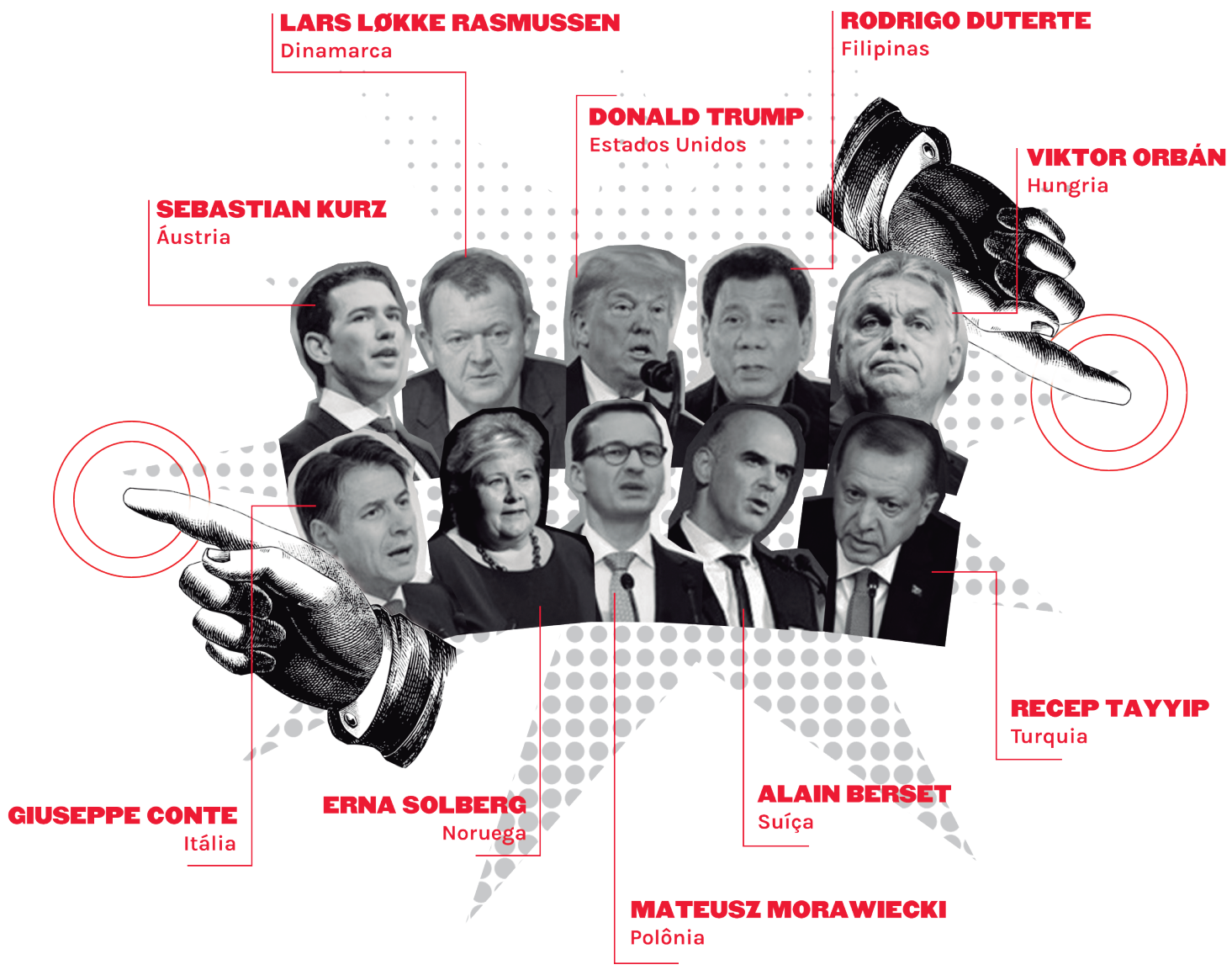
O pensamento conservador parte do pressuposto segundo o qual a natureza humana é imutável. No cerne desta tese há a convicção de que a vida humana está vinculada a desígnios sobre humanos, a uma vontade divina que rege os nossos passos. Em nome da desigualdade natural, a direita condena a igualdade social ou a tentativa de igualitarismo e de redução ou supressão da desigualdade social.

Originalmente, a extrema direita expressa os interesses da aristocracia semifeudal diante da Revolução Francesa, em reação à tomada do poder pela burguesia. Trata-se, na sua origem, de uma postura defensiva de uma classe decadente.

Os grupos de extrema direita rejeitam, como já afirmamos, a modernidade. Mobilizam o aparato estatal como forma de reação, de retorno a um passado nostálgico, pelo uso da força se necessário.

Em síntese, o aumento da concentração da riqueza e da renda em quase todos os países, o crescimento da pobreza, o distanciamento cada vez maior entre os países centrais (ditos desenvolvidos) e os países periféricos (subdesenvolvidos), a elevação do desemprego estrutural e precarização do trabalho, a desmoralização da democracia liberal constituem a base material deste processo.

Certas classes e frações de classe, ameaçadas pela rapinagem do capitalismo neoliberal, sob hegemonia financeira, revoltados com a degradação brutal de suas condições de vida e trabalho, têm encontrado na extrema direita (nacionalista, xenófoba, racista, religioso, anti-estatista, e avesso às políticas sociais), e em sua narrativa, um ancoradouro para suas frustrações e ressentimentos, identificando, não nas contradições do próprio capitalismo, mas no "outro" (imigrantes, judeus, negros, políticos tradicionais, funcionários públicos corruptos, artistas degenerados, ateus, intelectuais de esquerda etc.), individualmente, a origem de seus problemas. Estes setores têm apoiado eleitoralmente os partidos e as propostas da extrema direita.



vigiar a escola, odiar a democracia ou defender o bem público?

Josianne Frância Cerasoli
Departamento de História
IFCH/Unicamp

Mariana Miggiolaro Chaguri
Departamento de Sociologia
IFCH/Unicamp

> ***Destruição da democracia em nome do Alcorão, expansão guerreira da democracia identificada à ação do Decálogo, ódio à democracia assimilado ao assassinato do pastor divino. Todas essas figuras contemporâneas têm pelo menos um mérito. Através do ódio que manifestam contra a democracia, ou em seu nome e através das amálgamas a que submetem sua noção, elas nos forçam a redescobrir o poder singular que lhe é próprio.***
>
> **RANCIÈRE,** *O ÓDIO À DEMOCRACIA*, **2014**

Foi preciso pouco mais de uma década para que o lema "por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar", mote do movimento "Escola Sem Partido", ocupasse o debate público sobre o papel da escola e do ensino no país. As propostas em favor do limite à liberdade de ensinar datam de 2004 e ganharam projeção conforme orientaram a elaboração de diferentes Projetos de Lei no Senado, em Assembleias Legislativas e em Câmaras Municipais[1]. Em 2014, chegam à Câmara dos Deputados por meio de proposta de alteração do artigo 3º da **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** *(https://bit.ly/1OgopZO)*, com conteúdo similar aos demais projetos, visando a inclusão do seguinte trecho entre os princípios norteadores da educação no país: "respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas"[2].

A despeito de não ter alcançado até agora seu intento, o movimento já atinge de modo direto o entendimento fundamental da **educação como bem público**, na medida em que subverte a distinção necessária entre educação formal e informal, além de introduzir a desconfiança permanente e insidiosa sobre a competência e a responsabilidade profissional no exercício da docência. É por meio desses dois pilares que o movimento antecipa efeitos perigosos sobre a vida escolar, em todos os seus níveis.

Subordinado à visão de mundo formulada a partir da esfera privada da família, o conhecimento científico é convertido em opinião, esvaziado de seus conteúdos, práticas, critérios e acúmulos socialmente validados. Como consequência, o "Escola sem Partido" abre caminho para a afirmação da inexistência de fatos, ou ainda, por inferência, sugere o predomínio da "auto-verdade", de modo que a tarefa do ensino escolar seria apresentar aos estudantes as variadas opiniões sobre o mundo natural e social.

Embora não seja abertamente reivindicado por todos eles, os ideais do projeto, inicialmente expressos apenas no assim denominado "movimento", também encontram guarida e suporte em fóruns como o Instituto Liberal de Brasília; o Instituto Mises Brasil; o Instituto de Estudos Empresariais, organizador do duradouro Fórum da Liberdade; o Instituto Millenium etc. De tão numerosas, as aproximações entre

as causas defendidas no movimento e os autores ativos nesses espaços de defesa do liberalismo não podem ser vistas como coincidências. Compõem uma rede de articulações que merecem ampla investigação, ainda que, curiosamente, muitos think tanks do liberalismo brasileiro defendam um projeto que visa restringir a liberdade de ensinar e de aprender, precariamente acomodado entre as pautas de defesa da redução do controle do Estado e da liberdade para ensinar em casa.[3]

Diante de tantos aspectos no mínimo controversos, o que diriam nossas instituições democráticas?

"O excesso de proteção não emancipa, o excesso de proteção infantiliza", arremata o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, no documento que talvez sintetize de modo mais claro as controvérsias, inconsistências e ilegalidades das medidas pretendidas pelo "Escola sem Partido". A liminar foi deferida em março de 2017, diante da **Ação Direta de Inconstitucionalidade** *(https://bit.ly/2J7jMFL)* movida quando o primeiro estado da federação aprovou sua "Escola Livre". O documento submetido à apreciação do plenário do Supremo registra de modo inequívoco as conclusões do magistrado: 1) o reconhecimento da liberdade de ensinar e do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas como preceitos constitucionais, além de diretrizes incontornáveis para a organização da educação; 2) a promoção humanística, científica e tecnológica do país como um dos objetivos do plano nacional de educação; 3) o entendimento da imposição da suposta neutralidade como impedimento à afirmação de diferentes ideias e concepções políticas ou ideológicas, "uma vez que tal pluralidade efetiva-se somente mediante o reconhecimento da diversidade do pensamento, dos diferentes saberes e práticas"; 4) o reconhecimento da importância basilar do contato com distintas visões de mundo ao longo da formação escolar como condição para o desenvolvimento de uma visão crítica diante do mundo; 5) a convicção de que a neutralidade pretendida pela medida "colide frontalmente com o pluralismo de ideias, com o direito à educação com vistas à formação plena como ser humano, à preparação para o exercício da cidadania e à promoção da tolerância, valores afirmados pela Constituição e pelos tratados internacionais que regem a matéria".

Se alguma advertência é válida em sala de aula, além do respeito inegociável entre todos, seguramente diz respeito aos princípios a partir dos quais temos buscado nas últimas três décadas o aprimoramento de concepções e práticas cidadãs, conforme enuncia claramente nossa **Constituição**: o "pluralismo político" (fundamento exposto no Art.1o); as garantias para a educação, que registram como princípios a "liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; o "pluralismo de ideias e concepções pedagógicas" (Art.205 e 206).

Nosso senso de coletividade é mais uma vez decisivo. Aliados não nos faltam. E numerosas iniciativas em favor do bem comum e da escola cidadã nos fortalecem a cada dia, muitas delas disponíveis nos links reunidos abaixo. Com essas iniciativas, atualiza-se o recado de Elie Wiesel tantas vezes lembrado, Nobel da Paz em 1986: "Tomem partido, sempre. A neutralidade favorece o opressor, nunca a vítima. O silêncio encoraja o assédio, nunca o assediado". Nosso partido é o de nossa ética profissional, voltada para a garantia da liberdade acadêmica e socialmente comprometida com a promoção dos princípios da liberdade, da justiça, do respeito e da dignidade humana, sem a qual um conhecimento plural e cientificamente orientado não pode existir.

[1] A primeira iniciativa de conversão do movimento em Projeto de Lei foi do então deputado estadual no Rio de Janeiro pelo Partido Progressista-PP, Flávio Bolsonaro, com justificativa elaborada pelo coordenador do Movimento Escola Sem Partido, Miguel Francisco Urbano Nagib, procurador federal do estado de São Paulo, ex-assessor do Supremo Tribunal Federal e presidente da Associação Escola Sem Partido Treinamento e Aperfeiçoamento Eirele-ME. O irmão do deputado, Carlos Bolsonaro, então vereador no Rio de Janeiro pelo mesmo PP, propôs projeto semelhante para o âmbito municipal. Nos dois casos, o centro do debate estava na regulamentação dos limites do que um professor poderia dizer – ou não – em sala de aula. Segundo levantamento do portal "**Gênero e Número**", os partidos que mais apresentaram projetos de lei para o Escola sem Partido foram: Partido Progressista-PP, Partido Social Cristão-PSC, Movimento Democrático Brasileiro-MDB, Partido da Social Democracia Brasileria-PSDB, Partido Republicano Brasileiro-PRB e Partido Social Democrático-PSD *(https://bit.ly/2UxXnWy)*

[2] **Projeto de Lei 7180/2014** *(https://bit.ly/2GVzhlq)*, Câmara dos Deputados. O Projeto de Lei apresentado ao Senado, **n. 193/2016** *(https://bit.ly/2bHvgOB)*, foi retirado de pauta e arquivado a pedido de seu autor após parecer negativo da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em novembro de 2017.

[3] Alguns vínculos significativos entre pautas, institutos e agentes engajados na defesa de Movimento são expostos por Renata Aquino em: "**A ideologia do ESP**" *(https://bit.ly/2GECq7x)*. Para aprofundar sobre conexões ultraliberais dos *think tanks*, ver **texto da historiadora Kátia Baggio** *(https://bit.ly/2yQZDO0)*, de 2016.

MAIS REFERÊNCIAS E LINKS PELO BEM PÚBLICO

• AÇÃO EDUCATIVA (org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**. 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2016. *(https://bit.ly/2DOEgT9)*

• FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola "sem" Partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. UERJ, LPP, 2017. *(https://bit.ly/2vzqPn6)*

• MOURA, Fernanda Pereira. **"Escola sem Partido"**: relações entre Estado, educação e religião e os impactos sobre o ensino de história. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História)-UFRJ, 2016. *(https://bit.ly/2GvJKlJ)*

• SEMIS, Lais. **Afinal, o ESP é inconstitucional?** Nova Escola, 9.nov.2018. *(https://bit.ly/2VYYJev)*

LINKS

• **AçãoEducaçãoDemocrática.** *(https://bit.ly/2GpBFyW)*

• **Declaração da Associação Mundial de Universidades sobre a Liberdade Acadêmica, a Autonomia Universitária e a Responsabilidade Social.** *(https://bit.ly/2VXGWUQ)*

• **Escola sem Censura** [documentário, 55', direção Rodrigo Duque Estrada & Ricardo G. Severo, Nomos Editora e Produtora Independente, 2018]. *(https://bit.ly/2MPXLxl)*

• **Manual e defesa do professor** - coletivo QuatroV. *(https://bit.ly/2GAp1OV)*

• **Movimento Liberdade para Ensinar**. *(https://bit.ly/2UPXmCk)*

• **Orientações aos docente**s - ANDES-SN. *(https://bit.ly/2GrDdIB)*

• **Professores Contra o Escola Sem Partido**. *(https://bit.ly/2vd2NMq)*

“Precisamos atualizar e transformar o movimento sindical”

Em entrevista para o ***Linha de Frente***, o professor **Arquimedes Ciloni** tangencia memórias dos quarenta anos da ADUFU

Isley Borges
Jornalista da ADUFU

Não é de hoje a luta do movimento docente em Uberlândia. O sindicato dos professores e professoras da Universidade Federal de Uberlândia, a ADUFU, instituição que organiza a categoria docente da universidade, celebra os seus 40 anos no mês de agosto deste ano. Muita coisa se passou com a universidade e a cidade no decorrer do período. A UFU, em 1979, completava 10 anos de fundação, contando com poucos cursos de graduação e pós-graduação. A ADUFU nascia: professoras e professoras perceberam que era necessária a organização política, sindical.

Assim nos contou o nosso entrevistado, professor Arquimedes. Caminhar pelo bloco 1Y é quase garantia para o encontro com ele, que chegou na faculdade em 1983. Ocupou cargos como docente e pesquisador na graduação e pós-graduação, foi reitor da UFU por duas gestões consecutivas, trabalhou por três anos no Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), onde coordenou Unidades de Pesquisa do Ministério. Presidiu fóruns nacionais de que participou, destacando-se a presidência da ANDIFES e a da UNITRABALHO. A sua atuação profissional e sindical mistura-se com a história e a memória da universidade e do sindicato.

“A gente percebeu que teria que se organizar quando veio o AI-5. Houve um recrudescimento da ditadura e fomos forçados a nos organizar social e politicamente. Quase 20 anos depois, a Constituição Cidadã propiciou um passo concreto em direção à redemocratização”, conta o professor Arquimedes.

Suas memórias, de 1984, revelam o pulsante movimento sindical da época, que lutou em ato público, em Uberlândia, pela aprovação da emenda que reestabelecia as eleições diretas para presidência do país, propiciando a esperança no retorno da democracia.

“Já como membro da ADUFU, em 25 de abril de 1984, estávamos na Praça Tubal Vilela, data em que o Congresso votava a emenda Dante de Oliveira, que restabelecia eleições diretas para a presidência da república”

Muitas lutas já nos anos iniciais de fundação e uma centralidade na pauta: a valorização da carreira docente. O professor Arquimedes explica que, naqueles tempos, as carreiras relacionadas às fundações eram diferentes daquelas das autarquias, e que o fato demandava uma articulação unificada em torno da pauta:

“Além da reivindicação pela redemocratização, na época do surgimento do sindicato, a nossa categoria tinha a sua própria pauta: a luta pela valorização da nossa carreira, pois nós tínhamos carreiras diferentes. E a ADUFU, junto à ANDES, esteve na linha de frente no processo de luta pela unificação do modelo de nossa carreira”.

Segundo professor Arquimedes, o movimento sindical precisa ser transformado e atualizado considerando as demandas dos novos docentes que, muitas vezes, não se filiam ao sindicato por não se sentirem representados pela luta que não se encontra voltada à melhoria de sua carreira:

“Eu vejo uma luta muito necessária hoje. Os jovens ingressos no sistema federal não possui os mesmos direitos que eu, que estou aqui há 36 anos. Nós temos que olhar para os jovens docentes e voltar a lutar pela redignificação das carreiras docentes do magistério federal do ensino superior. Atualmente, muitos jovens professores não se filiam ao sindicato, pois não se sentem representados, já que o foco da luta não está sendo a melhoria da sua carreira. Muitos não conhecem a riquíssima história de lutas do movimento docente”, revela professor Arquimedes.

De acordo com o professor, faz-necessário que o movimento ouça a sua base, volte à universidade para compreender o que atinge o docente na atualidade.

“Precisamos engrossar nossas fileiras, ouvir, nos aproximar dos jovens docentes da universidade, tanto em nível local quanto a nível nacional. Precisamos atualizar e transformar o movimento sindical”.

Refletindo sobre o passado, mas também, sobre o presente e futuro, o sentimento de gratidão do professor é presente, pois considera que a ADUFU o colocou no caminho da luta política, comum e coletiva:

“Eu devo muito à Universidade Fe-

deral de Uberlândia e muito à nossa ADUFU, pois ali eu comecei uma trajetória de luta comum, de luta coletiva, que me fez um quadro do sindicato, o que, posteriormente, me ajudou a ser administrador da UFU".

BRASIL ATUAL: PLUTOCRACIA FINANCEIRA

"Disseram que a reforma trabalhista resolveria o problema do desemprego. E o que que vemos é que o desemprego cresceu. Agora querem nos dizer que a reforma da previdência vai acabar com todos os problemas, mas nós sabemos que não vai. No mundo inteiro, os salários caíram, as aposentadorias caíram. O Brasil está vivendo o que vive o mundo: uma plutocracia financeira que toma decisões e força os parlamentos a tomarem decisões em detrimento dos trabalhadores. Nós não estamos fora desse movimento, nós estamos, exatamente, vivendo o que outros países estão passando".

AS ELEIÇÕES DE 2018 E A NEGAÇÃO DO DEBATE PÚBLICO

"Acabamos de assistir a uma eleição em que criaram pautas extremamente avessas aos interesses da sociedade. Deveríamos ter discutido a reforma da previdência, o pré-sal, A PEC dos gastos (EC 95), dentre outros temas importantes. Devíamos ter escolhido um presidente da república que tivesse um projeto de enfrentamento e de crescimento do Brasil para abrigar a solução de todos os grandes problemas que temos. Mas fomos induzidos a pautas totalmente malucas e secundárias".

A UNIVERSIDADE COMO ALVO DO NOVO GOVERNO

"Nós somos um dos alvos principais do novo governo. Eles vão querer tirar os nossos direitos, diminuir os custos da universidades, não enxergando que nós ainda temos muito a crescer: criar novos cursos, estabelecer metas, contratar mais professores. É preciso dar perspectiva de carreira para os jovens que estão se doutorando".

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE BOLSONARO

"É um absurdo alguém utilizar um cargo público em detrimento do interesse público. O nosso ex-ministro da educação nos chamou de ladrões e canibais, desrespeitando anos e anos de lutas. O que pretendem fazer com o Plano Nacional de Educação? Qual é a ideia deste ministério para cumprir as metas do Plano? Porque a mídia não cobra dos poderes constituídos o cumprimentos das metas, respeitando os interesses do Estado brasileiro?".

> ***"Precisamos engrossar nossas fileiras, ouvir, nos aproximar dos jovens docentes da universidade, tanto em nível local quanto a nível nacional.***

PRA FAZER O MUNDO ACORDAR OU PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DE HOJE

Karine Telles e Renato Braz no palco do Teatro Municipal de Uberlândia, **09 de novembro de 2018**: década de 1960 em cena. Um ano preciso: 1968, que emerge da memória do público a partir de imagens que ressuscitam memórias. O repertório do espetáculo caminhou da repressão à resistência, incorporando canções como Samba da Vida (Miguel Gustavo) e É proibido proibir (Caetano Veloso). O ponto alto da apresentação denunciou o período de chumbo e perseguição, estampando à frente de Telles e Braz rostos dos mortos pela ditadura militar. No final, rosas vermelhas passearam pelas mãos do público, que cantava como um desabafo a icônica canção de Geraldo Vandré, Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores.

FLORES ARRANCADAS À NÉVOA

A partir do golpe militar de 1964 teve início a promulgação de Atos Institucionais objetivando a suspensão dos direitos políticos dos cidadãos, a cassação de mandatos parlamentares, eleições indiretas para governadores, a dissolução dos partidos políticos e demais ações que partiam de uma ruptura institucional. Àqueles que se opunham ao regime instaurado cabia-lhes a prisão, as torturas e assassinatos. Sob a repressão às diversas manifestações contrárias ao regime, diversos artistas, intelectuais, jornalistas, estudantes, dirigentes sindicais e políticos, evitando engordar o número dos chamados "desaparecidos" políticos, partiram para o exílio, sobretudo, a partir do Ato Institucional Nº5 (AI-5), de dezembro de 1968, que aprofunda o Estado de terror. No contexto desses exílios é que podemos situar o espetáculo "Flores arrancadas à névoa". Fruto da amarga experiência pessoal do autor, Aristides Vargas, "Flores arrancadas à névoa", apresenta a trajetória de duas personagens que, assim como ele e como milhares de exilados latino-americanos, atravessam fronteiras, estão condenados a viverem em uma névoa, fora de seus lugares, vagando, arrancados de si mesmos. Maria de Maria, Vilma Campos e Lucas Mali encarnaram os tempos sombrios e herméticos em duas apresentações no Palco de Arte nos dias **10 e 11 de novembro de 2018**.

Fotografias: Arquivo ADUFU

DITADURA NUNCA MAIS!

O dia **31 de março** de todo ano é marcado pelo luto às vítimas da ditadura civil-militar que assolou o país com o golpe de 1964. Em 2019, Uberlândia mostrou que não tolera autoritarismo, violência e perseguição. Na manhã do dia 31, ocorreu ato convocado por diversos movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos. A concentração se deu na Praça Sérgio Pacheco e, de lá, manifestantes saíram em cortejo fúnebre pela Avenida Monsenhor Eduardo, na feira que acontece tradicionalmente no local aos domingos. O protesto serve para retomar à memória os fatos crueis engendrados pelo sistema autoritário que matou milhares de inocentes.

Resistência Permanente

Letícia França
Jornalista da ADUFU

> ***Eu estou com 74 anos, se eu for preso outra vez eu ponho no meu currículo, mais uma e a gente vai vivendo.***

A ADUFU - Seção Sindical, por meio do projeto 1968 Faz 50 Anos, realizou a exposição Permanente Combatente em homenagem a trajetória de vida de Afonso Lana, professor aposentado do curso de Artes Visuais da UFU. A mostra teve seu vernissage no dia 23 de novembro de 2018 e permaneceu aberta ao público até 22 de dezembro. O local da exposição foi a própria sede da Seção Sindical, que devido a versatilidade de seu amplo espaço físico, é capaz de comportar variados formatos de eventos.

A diretora Cultural da ADUFU, Mariza Barbosa, que também é professora de arte na ESEBA, realizou a curadoria da exposição juntamente com o estudante do curso de Ciências Sociais da UFU e extensionista do Museu Universitário de Arte - Muna, Rodrigo Gonzaga. Eles selecionaram momentos marcantes do percurso de Lana na militância do movimento estudantil em Belo Horizonte, sua participação na guerrilha urbana e outros pontos determinantes da história política e social brasileira. A exposição utilizou arquivos do Serviço Nacional de Informações (SNI), iconografia variada e acervo pessoal de familiares. Essas informações e imagens foram expostas como partes de instalações e apresentadas juntamente com pinturas e esculturas concebidas pelo homenageado. Mais de 120 pessoas participaram da abertura da mostra, que teve seus ingressos esgotados com dias de antecedência. Outros(as) 150 visitantes estiveram na exposição nos dias que se seguiram.

O artista conta que não estava esperando, mas vendeu várias obras durante a exposição. Ele já estava pensando em fazer novos trabalhos e ficou ainda mais motivado para produzi-los. Lana adianta ainda que seu próximo projeto é fazer uma representação da "*Via Crucis*" porém de forma crítica.

Sobre o vernissage, Afonso conta que ficou feliz por poder compartilhar o momento com familiares e também com a grande quantidade de docentes que compareceram: "Fiquei emocionado com as falas, a conjuntura atual é algo que me toca muito fundo. O processo de mudança depende de muita coisa, romper com a forma de pensar das pessoas, mostrar que há outra possibilidade de mundo é muito complicado," explica o professor.

Sobre o futuro Lana declara: "Eu estou com 74 anos, se eu for preso outra vez eu ponho no meu currículo, mais uma e a gente vai vivendo. Não é que eu goste não, vou achar muito ruim. Nem estou querendo dizer que eu sou tão forte, mas o que eu tento fazer é ser otimista. Estamos vivendo um momento muito difícil, mas nós estamos aqui é pra ser felizes, não vamos deixar eles nos derrotarem até nisso! Acho que também é uma forma de resistência não deixar a depressão tomar conta, o medo tomar conta. Vamos sempre pensar eu "tô" contribuindo", aconselha o homenageado.

PERMANENTE COMBATENTE

Afonso Celso Lana Leite, 74 anos, nasceu na cidade mineira de Rio Casca e vive em Uberlândia há 37 anos. Preso e exilado político nos anos de chumbo da ditadura, Lana define sua história como "a trajetória incomum de um homem comum".

Nos anos 60, Afonso estudou veterinária na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Aos 22 anos, era membro do Diretório Acadêmico. A partir daí, passou a ser perseguido dentro da própria instituição. Em 1968, ingressou no grupo de guerrilha Comando da Libertação Nacional, o Colina. Foi preso três vezes por períodos relativamente curtos, até que em 1969, quando o AI-5 já havia sido instituído no Brasil, Lana foi preso pelo regime militar em Juiz de Fora, onde foi torturado. Sua libertação ocorreu em 1971 quando o embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, que havia sido sequestrado pela VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), foi liberado em troca de 70 presos políticos que embarcaram em um avião com destino ao Chile.

Enquanto viveu no Chile, Lana estudou Artes Plásticas. Perseguido novamente, desta vez pelo governo de Augusto Pinochet, o artista exilou-se na Alemanha, onde completou seus estudos. O regresso ao Brasil só se deu após a anistia, em 1978, quando assumiu o cargo na UFU.

O professor relata que assim que retornou ao Brasil sofria preconceito. "Passaram-se muitos anos até o dia, em que, quem como eu, foi preso, torturado, exilado, passou a ser convidado a dar palestras e contar o que vivi", Conta Lana. A importância da biografia do artista, entretanto, vai além dessa dura experiência e seu trabalho denuncia, em pinturas e esculturas, a destruição ambiental, entre outros aspectos.

Em 2009 uma outra homenagem apresentou um recorte da vida do professor. O cineasta Carlos Segundo e sua equipe acompanharam Lana de volta aos lugares por onde o ele esteve durante os anos de chumbo e recontaram, por meio do filme "A luz que surgiu por trás da colina", uma história que não deve ser esquecida. O vídeo está disponível em goo.gl/7HR06y.

NÓS, negros e negras, e a universidade

Andreia Souza de Jesus
Departamento de Saúde Coletiva. Faculdade de Medicina. Universidade Federal de Uberlândia

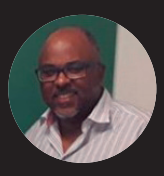
A forma de atuação do racismo institucional e de Estado no Brasil é, ao mesmo tempo, que sutil, objetiva e determinante. Determinante no sentido de proporcionar a organização e distribuição dos corpos no espaço.

O espaço universitário é, historicamente, marcado por desigualdades que refletem o social como um todo. O acesso e a permanência nas universidades ainda são fatores que podem impedir que graduandas e graduandos concluam seus cursos, seja na graduação ou na pós. Exemplo disso é a minha percepção em relação à forma como temáticas raciais são preteridas nesse espaço, desde um dado processo seletivo à execução de uma pesquisa. Em rodas de conversa com pesquisadores próximos é facilmente identificável que, quem se propõe a analisar o racismo, cientificamente, passa por inúmeras dificuldades com orientadores e orientadoras. É comum a solicitação por troca ou abandono do tema.

Compreender a dinâmica racial no espaço universitário, e como docente, é crucial para, além de manter a saúde mental "em dia", solicitar, denunciar e pautar assuntos que perpassam essa desigualdade. Apesar de existir o reconhecimento de que o racismo pode acontecer, independente da "vontade" das pessoas, ele ocorre por meio da "vontade política" destas pessoas em razão da lógica do funcionamento da instituição. A vontade aqui, não é considerar que essa lógica atua em detrimento de ações que combatam o racismo, mas mantém em curso as práticas de manutenção de privilégio. A constituição deste espaço de privilégio é forte, organizada e racional. O diálogo é aberto, mas nem tanto. Há jogos. As relações de (e por) poder são nitidamente identificáveis. E é em meio a esses meios-termos que o racismo responde a lista de presença: um não-cuidado, um não-olhar, um estranhamento, um duvidar, o silenciamento que deslegitima uma dada presença.

É notório, pra mim, enquanto professora substituta da Faculdade de Medicina, e que estuda as relações raciais, o grande interesse de alguns / algumas estudantes, pelo entendimento dessas relações. Talvez por buscarem formas de se proteger. É uma hipótese. Geralmente, são estudantes que se identificam como negros / negras e estão em momentos de reflexão por ocuparem este espaço. Neste aspecto, muitos deles se aproximam a fim de buscar explicações para questões, algumas vezes violentas, que já sofreram, não somente neste, mas em outros ambientes. Buscam, também, apoio emocional e formas de lidar com esse fenômeno.

Apesar de a leitura das dinâmicas raciais no espaço universitário possibilitar a compreensão de um dos porquês da não ascensão da população negra, é por meio dela que é possível criar laços e espaços simbólicos de resistência e transformação. É com essa leitura que eu me proponho a ocupar este espaço e, por meio dele, estabelecer novas estratégias de mudanças estruturais. Ainda que seja incipiente, é a forma possível.



Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior
Instituto de História (INHIS)
Universidade Federal de Uberlândia

Desde muito cedo frequentava os espaços da universidade, especialmente para jogar futebol num campo de terra batida que, ao ser desativado, deu lugar a biblioteca do campus Santa Mônica. Naquelas tardes de sábado e manhãs de domingo as condições de competição eram menos desiguais e nós, os negros, éramos muitos.

Anos mais tarde quando ingressei na graduação em História experimentei diretamente essa longa e estruturante realidade do racismo à brasileira. Olhando para um curso de licenciatura noturno, portanto desprestigiado socialmente, nós os negros estávamos excluídos também daquele nível de escolaridade. Observando a universidade por inteiro os números das ausências das populações negras eram ainda mais dramáticos. Por outro, as abordagens sobre a história dos negros no Brasil, história da África foram negligenciadas por um longo período.

Ainda que logo após a conclusão da graduação eu tenha desenvolvido pesquisas no âmbito da pós-graduação e investido numa carreira docente, sou professor desde 2001, a possibilidade de ingressar na Universidade Federal de Uberlândia não frequentava meus sonhos. Aquelas condições que eu observara durante o curso de graduação não se alteraram e em alguns casos até se agravaram. Contudo, em 2006 me tornei professor substituto no Instituto de História. A oportunidade de aprendizado profissional foi inigualável e não obscurece a evidência por demais conhecida: nós, os negros e negras, estávamos ausentes da atividade docente nas universidades públicas e completamente invisíveis. Havia ainda uma dupla desconfiança perceptível nos olhares de alguns discentes e docentes: professor negro e substituto. Todos pareciam sempre muito alertas por um motivo ou pelos dois.

Quando retornei ao Instituto de História, agora na qualidade de professor efetivo, eu fui bem recebido pela maioria dos meus colegas. Alguns deles foram meus mestres nos tempos da graduação. Contudo, esse tratamento não gera em mim nenhuma ilusão quanto a presença do preconceito racial atravessando as estruturas fundamentais da universidade, pois, ainda que lugar de ciência e conhecimento, ela é um microcosmos social representando e replicando num espaço diminuto os modos de constituição da sociedade.

Há interdições mais silenciosas, mais insidiosas e mais tirânicas. Elas impõem obstáculos e operam com relativa eficácia. Entretanto, uma longuíssima aprendizagem de resistência ministrada nos espaços familiares e movimentos fortalecidos no interior da universidade nos dão segurança e a sensação de que não estamos sozinhos nesta árdua luta contra o racismo dentro ou fora da universidade.

A força do antirracismo acompanhado das ações afirmativas promoveu uma pequena alteração na composição racial e social da universidade pública brasileira. Por essa razão o racismo recrudesceu e os últimos episódios demonstraram a todos nós que a Universidade Federal de Uberlândia não é uma ilha paradisíaca de igualdade cercada de violência racial por todos os lados.

Será necessário, creio, que os processos democratizantes no interior da universidade se aprofundem e se enraízem como o único caminho para a superação das desigualdades que atravessam nossos cotidianos. Na fabricação deste futuro somos todos protagonistas: nós os negros e negras dentro e fora da universidade.

NÃO É REFORMA, É O FIM DA APOSENTADORIA!

Entenda um dos aspectos mais perversos da reforma da previdência de Bolsonaro, o **sistema de capitalização**

Texto do **ANDES** - Sindicato Nacional com edições da ADUFU - Seção Sindical

Um dos aspectos mais perversos da proposta da Reforma da Previdência, apresentada pelo governo Bolsonaro, é a instituição do sistema de capitalização. Com ele, cada trabalhador entregará parte de seu salário a um fundo de investimento privado, não havendo garantia de recebimento de aposentadoria no futuro.

No regime atual, os trabalhadores que estão na ativa contribuem para manter os benefícios daqueles que já se aposentaram. Além da contribuição dos trabalhadores, a Previdência Social também recebe recursos das contribuições patronais e de alguns tributos. Caso a PEC seja aprovada, a previdência pública, universal e por repartição, como existe atualmente, será destruída.

Mesmo com problemas, o modelo atual exerce um importante papel na proteção social. A Previdência Social atende aos trabalhadores em idade avançada, aos adoecidos e acidentados no e pelo trabalho, além de dar alguma segurança a idosos em condição de miserabilidade, entre outros. Não é para menos que os recursos distribuídos pela Previdência Social ocupam a segunda maior fatia do orçamento federal. Em 2018, foram 24,48%, de um orçamento de R$ 2,62 trilhões.

Na distribuição de recursos do Orçamento Público da Federal, a Previdência Social só fica atrás do pagamento de juros e amortizações da Dívida Pública, que em 2018 consumiu 40,66%. Os dados são da Auditoria Cidadã da Dívida. "Ao observar a execução orçamentária da União, podemos perceber que há uma disputa pelo fundo público", argumenta Antonio Gonçalves, presidente do ANDES-SN.

Ele pontua que a Previdência Social é responsável por manter milhares de trabalhadores em todo o país, "ao passo que a maior fatia do orçamento vai para o pagamento dos juros e das amortizações, o que é chamado de Sistema da Dívida", explica.

Segundo Antonio, estamos num momento de análise da PEC. "Mas já é possível perceber que a intenção do governo é entregar ao mercado financeiro a segunda maior fatia do orçamento da União", diz. A mensagem anexa à PEC, escrita pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, dá o tom. Criticando o atual sistema de repartição como uma "poupança forçada", ele defende que os recursos sejam disponibilizados para o mercado financeiro.

NO CHILE, MISÉRIA E SUICÍDIO DE IDOSOS

O Chile foi o primeiro país a seguir o modelo proposto. O regime de capitalização foi imposto aos trabalhadores chilenos durante a ditadura de Augusto Pinochet, em 1980. A partir de então, os trabalhadores se viram obrigados a depositar 10% do seu salário nos fundos de pensão privados. Atualmente, seis fundos de pensão atuam no país: três dos EUA, um de capital chileno, um colombiano e um brasileiro. O fundo brasileiro é o BTG Pactual, fundado por Paulo Guedes.

Os resultados são catastróficos. Estima-se que 90% dos aposentados chilenos recebam menos que um salário mínimo local. A miséria na terceira idade tem levado muitos idosos chilenos ao suicídio. Um estudo do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional de Estatísticas aponta que 936 adultos maiores de 70 anos tiraram a própria vida entre 2010 e 2015. O índice de suicídio entre maiores de 80 anos é de 17,7 a cada 100 mil habitantes. Isso coloca o Chile na primeira posição em suicídio de idosos na América Latina.

Outros países que adotam esse sistema são Colômbia, México e Peru. Os quatro países estão em processo de revisão do regime por conta dos problemas que afetam trabalhadores e aposentados.

MANOBRA PARA APROVAR CAPITALIZAÇÃO

O regime de capitalização não será instituído imediatamente caso a PEC seja aprovada. O governo se utilizou de uma manobra para facilitar a aprovação da mudança do regime. Incluiu algumas menções à capitalização na PEC, assinalando que pretende aprová-la por meio de lei complementar, cuja aprovação exige apenas maioria absoluta.

O presidente do ANDES-SN critica a manobra. Para ele, é muito sério que uma PEC autorize que o futuro da aposentadoria dos trabalhadores seja decidido por lei complementar. Segundo Antonio, o mesmo expediente foi utilizado na votação da PEC da Reforma da Previdência, em 2003. Na época, o presidente Lula deixou para uma lei complementar a regulamentação do teto de aposentadoria dos servidores públicos. A lei complementar foi aprovada apenas em 2013, instituindo a previdência complementar dos servidores.

22 DE MARÇO: A LUTA PARA BARRAR A REFORMA EM UBERLÂNDIA

Em todo Brasil, e também em Uberlândia, 22 de março foi dia de luta contra a reforma da previdência de Bolsonaro, que só quer tirar os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. A Praça Ismene Mendes foi ocupada por sindicatos, movimentos sociais e estudantis, partidos políticos e população, que denunciaram a tentativa de desmonte da aposentadoria pública proposta pelo atual governo. A multidão saiu da praça em caminhada pela Avenida Floriano Peixoto, em diálogo com a população.

Arquivo ADUFU

O ataque a estabilidade das e dos docentes do ensino público

Jimi Nakajima
Instituto de Biologia
Universidade Federal de Uberlândia

A estabilidade no serviço público em todos os níveis governamentais, incluindo a carreira do magistério, sempre foi (e no meu entendimento, sempre será) um assunto de muitas discussões e controvérsias na sociedade, inclusive no seio da "escola", que é o nosso "habitat".

Quem nunca ouviu frases do tipo: "servidor é marajá!", "servidor é vagabundo!", "repartição pública não presta os serviços que deveria e de maneira adequada!"?. A principal crítica é que a "estabilidade é um privilégio", ou seja, a estabilidade imputa ao funcionário público pelo menos três dos sete pecados capitais (gula, preguiça e soberba).

Mas quando é perguntado se as pessoas gostariam de prestar e passar em um concurso público, muitas respondem que sim. E em tempos de crise, a estabilidade é o principal motivo para que muitas destas pessoas procurem as "centrais de concursos" e passem a sonhar com o "serviço fácil". Ou será que elas têm o desejo de realizar alguns dos pecados capitais?

Esta aparente contradição pode ser explicada pela falta de compreensão do que significa o serviço público em uma sociedade contemporânea, e por que é necessário que o servidor público tenha estabilidade[1].

A estabilidade nas carreiras públicas, incluindo as carreiras do magistério, se dá por meio da aprovação em concurso público, nomeação para o cargo de provimento efetivo (vaga), aprovação das atividades e funções realizadas no estágio probatório (dois a três anos) e acompanhamento de avaliação de desempenho. Isto está previsto na Constituição Federal de 1988, que garante também aos servidores públicos as condições necessárias para o desempenho de suas funções sem sofrer pressões de quaisquer grupos políticos ou econômicos. É garantido também ao servidor público que ele possa trabalhar fazendo uso da impessoalidade.

Entretanto, o servidor público pode perder o cargo quando a) sentença judicial transitada em julgado; b) processo administrativo; c) reprovação em avaliação de desempenho; e d) excesso de despesa com pagamento de pessoal. Ou seja, a estabilidade existe, mas não é vitalícia (a não ser na carreira de juízes e do Ministério Público, mas que também podem ser exonerados).

Como alento, entendo que esta falta de compreensão do serviço público é induzida pelo "grande capital" e a mídia subserviente, que enxergam nestes serviços uma grande oportunidade de lucros. Os exemplos mais claros desta abordagem desconstrutiva são as pesquisas encomendadas pelo Banco Mundial e FMI, que indicam que "o funcionário público tem um salário muitas vezes superior a um trabalhador da iniciativa privada, com a garantia da estabilidade". Então é necessário um ataque ao serviço público, por meio de propostas de lei do Congresso Nacional (PLP 248/1998, PLS 116/2017, PLP 539/2018 e PLP 550/2018), Assembléias Estaduais e Câmaras Municipais que permitem flexibilizar a estabilidade (leia-se exonerar um funcionário público que também está prevista na CF, mas que nunca foi devidamente regulamentada).

Particularmente na carreira pública do magistério, o ataque à estabilidade das e dos docentes como funcionários públicos por meio de leis ordinárias de avaliação é apenas uma das faces perversas da nossa criminalização como servidores públicos.

A desestabilização de nossa carreira, intrinsecamente ligada à educação, já está em curso com o desgaste, sucateamento e, porque não, sufocamento da educação pública, a saber (apenas algumas indicações pois são muitas):

1) o Brasil é o país que menos valoriza seus professores[2], e apenas 2,4% dos jovens de 15 anos se sentem atraídos pela profissão[3];

2) cortes orçamentários do MEC, MCTIC ditados pela Emenda do Teto Constitucional impõem restrições ao pleno desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão em todos os níveis, e capacitação do corpo dos servidores públicos (que é uma garantia constitucional);

3) desmonte das metas para 2020 do Plano Nacional da Educação impõem a paralisação de boa parte das atividades que tinham por objetivo a melhoria dos índices de educação do país;

4) r(d)eforma do ensino médio por meio da nova BNCC inviabiliza o ensino de todas as disciplinas nas escolas públicas, exceto português e matemática que serão obrigatórias para os três anos, mas ao mesmo tempo permite o ensino à distância em todos os níveis;

5) atrasos ou parcelamentos nos pagamentos dos vencimentos mensais dos professores, particularmente das redes municipais e estaduais, impõe o desespero e desesperança em quem se dedica na formação educacional (e porque não cidadã) das futuras gerações.

O enfrentamento a este ataque não será pela nossa estabilidade como servidores públicos, mas sim pela manutenção da Educação Pública, de Qualidade, Laica e Socialmente Referenciada.

O futuro, só a nós pertence...

[1] Renato Souza. 2017. A Estabilidade do Servidor Público não é privilégio. *(https://bit.ly/2GEkzyJ)*

[2] Global Teacher Status Index. 2018. In Varkey Foundation. *(https://bit.ly/2Dxah1f)*

3. OCDE. *(https://bit.ly/2GDJiDk)*

38º Congresso do ANDES-SN

e o movimento sindical em 2019

Isley Borges
Jornalista da ADUFU

CENTRALIDADE DA LUTA SINDICAL

A plenária do primeiro tema do 38º Congresso do ANDES - Sindicato Nacional, que ocorreu em Fortaleza entre os dias 28 de janeiro e 02 de fevereiro deste ano. Intitulado "Movimento docente, conjuntura e centralidade da luta", o tema provocou debates entre delegados e delegadas do congresso, que indicaram a necessidade da construção de uma ampla unidade para o combate das medidas antidemocráticas e neoliberais do governo de Jair Bolsonaro. Congressistas apreciaram 10 textos de apoio e oito textos de resolução.

A resolução aprovada no final da plenária foi: "Atuar, buscando maior mobilização da base, pela construção de uma ampla unidade para combater a contrarreforma da previdência, as privatizações e revogar a EC 95. Defender a livre expressão, organização e manifestação, enfrentando as medidas antidemocráticas de extrema direita: defender os direitos fundamentais dos(as) trabalhadores e trabalhadoras; os serviços e os(as) servidores(as) públicos(as), bem como o financiamento público para Educação, Pesquisa e Saúde públicas. Para tanto, empenhar-se na construção de uma Frente Nacional Unitária, como espaço de aglutinação para essa luta, contribuindo assim para avançar na organização da classe trabalhadora".

O presidente da ADUFU avaliou positivamente o texto que embasa a centralidade da luta. "O texto aprovado foi importante, pois evidencia outra visão da diretoria do ANDES no que diz respeito ao embate de forças políticas no evento. A diretoria, neste congresso, foi flexível e esteve disposta a negociar o texto com o grupo de oposição", conta.

Santos revela que, diante do atual contexto conservador, a unificação dos posicionamentos é significativa para a efetivação das lutas populares. "Acredito que a unificação da luta seja um passo importante tomado neste contexto, já que grupos de extrema direita estão solapando a universidade pública e os direitos básicos da população".

Arquivo ADUFU

FÓRUM DE LUTA POR DIREITOS E LIBERDADES DEMOCRÁTICAS E ASSEMBLEIA DA CLASSE TRABALHADORA

No dia 19 de fevereiro ocorreu em São Paulo o lançamento do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas. O espaço tem como objetivo a construção de uma ampla unidade para lutar contra os ataques à classe trabalhadora. A participação no Fórum é uma deliberação do 38º Congresso ANDES-SN, realizado em Belém (PA), entre 28 de janeiro e 2 de fevereiro. Além do Sindicato Nacional, estão na construção do Fórum movimentos sociais, sindicais, estudantis e organizações políticas da cidade e do campo.

No dia seguinte, 20 de fevereiro, grande ato público reuniu trabalhadores e trabalhadoras de diversas categorias de todo o país. A atividade foi convocada pelas Centrais Sindicais para organizar a luta contra a reforma da Previdência, deliberada no 38º Congresso do ANDES-SN. A assembleia, realizada na Praça da Sé, marcou o Dia Nacional de Luta em defesa da Previdência Pública e posicionou-se contra o fim da Aposentadoria. Além do ato na capital paulista, foram realizadas atividades nos estados, configurando a primeira grande mobilização unificada em 2019 contra os ataques do governo Bolsonaro.

PARIDADE DE GÊNERO NA DIRETORIA DO ANDES-SN

O 38º Congresso do ANDES-SN, na noite de sábado (2), aprovou por esmagadora maioria a paridade de gênero para a diretoria do Sindicato Nacional. Houve mais de 50 solicitações de inscrição para o debate. Com essa decisão histórica, o ANDES-SN institui um mecanismo que fortalece a participação de mulheres nos espaços de decisão e de direção.

Primeiro, foi aprovada a paridade de gênero na composição da diretoria do Sindicato Nacional. Em seguida, procedeu-se a votação de que forma se dará a paridade. Aprovou-se que, no mínimo, seis mulheres deverão ocupar os 11 cargos do bloco nacional da presidência, secretaria e tesouraria. Entre as 72 pessoas das direções regionais, deverá haver no mínimo 36 mulheres, somando todas as regionais. Também deverá haver no mínimo 50% de mulheres em todas e em cada uma das vice-presidências regionais (1ª e 2ª vice-presidências regionais).

"O debate sobre gênero e diversidade sexual, muitas vezes colocado com um tema específico e menor, é um tema central, hoje, para o nosso sindicato. A aprovação da paridade significa que o ANDES vai continuar protagonizando as mudanças do movimento sindical, que ainda é muito machista. Infelizmente, estamos presentes em momentos históricos de decisão, mas não ocupamos a diretoria do sindicato. O ANDES dá um importante passo para que as mulheres possam ocupar os espaços públicos, dizendo que somos capazes e que podemos", avalia Jorgetânia Ferreira, da ADUFU - Seção Sindical.

Março de Lutas

Letícia França
Jornalista da ADUFU

O Mês Internacional da Mulher foi celebrado pela ADUFU com cinco atividades realizadas em parceria com mulheres de diversas entidades e movimentos sociais.

• No **carnaval** levamos para a rua o "Bloco Filhas da Luta" em campanha contra o assédio e contra todas as violências que sofremos.

• Dia **08/03** fomos às ruas, em celebração e luta pelo Dia Internacional das Mulheres. Nossas pautas foram: Não a violência contra as Mulheres; Nenhum direito a menos; Saúde e Educação para todas; Pela vida das mulheres trans; Toda a solidariedade às vítimas do crime da Vale em Brumadinho; Contra a reforma da previdência.

• Em **14/03** completou-se um ano do assassinato de Marielle Franco. Em homenagem à sua luta participamos do "Ato Unificado - Justiça por Marielle". Houve Mesa redonda sobre Marielle e mulheres negras na política; pintura do muro da UFU com uma imagem da vereadora e lançamento do livro UPP: A redução da favela a três letras.

• No dia **29/03** promovemos a Mesa Redonda "Mulheres em Debate: política, trabalho e cuidados" com participação de professoras da UFU e da Deputada Estadual Andréia de Jesus.

• Também em **29/03** a ADUFU realizou o "Boteco das Mulheres" em homenagem às companheiras que lutam por democracia, pela igualdade de direitos, pela vida das mulheres e tantas outras lutas diárias.

Arquivo ADUFU